



Conselho Nacional de Justiça

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000665-60.2011.2.00.0000

RELATOR : **Conselheiro PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA**
REQUERENTE : **ANDERSON LINS NUNES**
REQUERIDO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**
ASSUNTO : **TJPB – EDITAL 1/2010**

EMENTA: CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE JUIZ SUBSTITUTO. NORMA EDITALÍCIA QUE DETERMINA O COMPARECIMENTO DOS CANDIDATOS INSCRITOS À SEDE DO TRIBUNAL PARA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS IMPROCEDENTE.

1. Não resta dúvida de que a padronização dos concursos permitiu que houvesse maior competição entre os concursandos, o que, em tese, pode promover uma melhoria nos quadros do poder judiciário.
2. Não existe direito à realização de inscrição por meio da rede mundial de computadores: a exigência de se efetivar a inscrição por meio de requerimento pessoal (ou mesmo por intermédio de procurador) é ato cuja discricionariedade compete ao Tribunal, corolário de sua autonomia constitucionalmente outorgada.
3. Pedido de Providências julgado improcedente.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Providências instaurado por Anderson Lins Nunes no qual requer, liminarmente, que este Conselho suspenda o Edital nº1/2010 do Tribunal de Justiça da Paraíba que abriu as inscrições para o concurso de ingresso na magistratura daquele estado.

Insurge-se, em suma, contra determinação do edital para que os inscritos compareçam à sede do Tribunal para confirmar a inscrição. Aduz que tal deslocamento atenta contra a razoabilidade e a proporcionalidade na medida em que exige dos



Conselho Nacional de Justiça

concorrentes dispêndios que quebrariam a igualdade entre eles. Requer, ao fim, a reabertura do prazo de inscrições, retirando do edital a exigência de comparecimento pessoal.

Indeferi o pedido de natureza cautelar, tendo em vista a reabertura do prazo para a inscrição determinado pelo próprio requerido no Edital nº 4 de 2011.

Em sede de informações, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba informou que apenas o requerente teria se insurgido contra a determinação do edital. Aduziu ainda que aos candidatos que residissem em outra unidade da federação era facultada a inscrição por meio de procurador.

É, em síntese, o relato.

VOTO

O edital do concurso para ingresso na carreira da magistratura dispõe que:

5.3 O candidato deverá comparecer no período de 22 de dezembro de 2010 a 1º de março de 2011 (exceto sábado, domingo e feriado), horário de expediente, na Coordenadoria de Assistência Médica e Social do Tribunal de Justiça, situada no 4º andar do Anexo Administrativo, Praça João Pessoa, s/nº, João Pessoa/PB, portando:

a) prova de pagamento da taxa de inscrição com o original do boleto bancário, observado o subitem 5.4.7 deste edital;

b) cópia autenticada de documento que comprove a nacionalidade brasileira, devendo conter fotografia e assinatura;

c) 2 (duas) fotos coloridas, tamanho 3x4 (três por quatro) datadas recentemente.

5.3.1 O candidato, no caso de impossibilidade de comparecimento, poderá cumprir o que estabelecido no subitem 5.3, por intermédio de pessoa munida de procuração específica para este fim.

5.3.2 Somente será recebida a inscrição preliminar do candidato que encaminhar toda a documentação necessária referida no subitem 5.3, letras a, b e c.

À solução do caso em tela aplica-se a Resolução nº 75 deste Conselho que regulamentou, em todo o território nacional, os concursos para ingresso na carreira da magistratura. Com efeito, ao se editar tal regulamento, o CNJ objetivou uniformizar todos os concursos para ingresso na carreira.

Não resta dúvida de que a padronização dos concursos permitiu que houvesse maior competição entre os concursandos, o que, em tese, pode promover uma melhoria nos quadros do poder judiciário. Talvez até se pudesse atender ao pedido do requerente por meio de nova padronização das inscrições de modo a inclusive prever que alguns atos do certame sejam feitos pela rede mundial de computadores, a fim de evitar custos adicionais de deslocamento dos candidatos.

No entanto, tal pretensão jamais se sustenta como direito. Em outras palavras, a exigência de se efetivar a inscrição por meio de requerimento pessoal (ou mesmo por intermédio de procurador) é ato cuja discricionariedade compete ao Tribunal,



Conselho Nacional de Justiça

corolário de sua autonomia constitucionalmente outorgada. Essa autonomia encontra-se escudada pela própria Resolução nº 75, em seu art. 23:

Art. 23. A inscrição preliminar será requerida ao presidente da Comissão de Concurso pelo interessado **ou, ainda, por procurador habilitado com poderes especiais, mediante o preenchimento de formulário próprio**, acompanhado de:

- I - prova de pagamento da taxa de inscrição, observado o art. 18;
- II - cópia autenticada de documento que comprove a nacionalidade brasileira;
- III - duas fotos coloridas tamanho 3x4 (três por quatro) e datadas recentemente;
- IV - instrumento de mandato com poderes especiais e firma reconhecida para requerimento de inscrição, no caso de inscrição por procurador.

É evidente, portanto, que agiu o Tribunal de Justiça da Paraíba dentro dos parâmetros de legalidade fixados por este Conselho. Por esse motivo, julgo improcedente o pedido formulado pelo requerente e, no que se refere à confirmação da inscrição preliminar, julgo hígido o Edital nº 1 do TJ/PB que determinou a abertura das inscrições para o concurso público de provimento de vagas no cargo de juiz substituo.

É como voto.

Brasília, 6 de abril de 2011.

Conselheiro PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA
Relator